

# Carta poderá alterar o projeto

## Mas se sua promulgação for adiada, o orçamento da União não será alterado

BRASÍLIA — O dia 10 de outubro será a data decisiva para o projeto de orçamento da União de 1989: se a futura Constituição não for promulgada até lá, o projeto pode ficar praticamente igual ao que será apresentado ao Congresso, até o dia 31 deste mês, pelo Palácio do Planalto. Se for promulgada antes, então ele deverá sofrer profundas alterações.

A diferença estará no poder de emenda, que o Congresso Nacional perdeu em 1964 e que vai recuperar com a nova Constituição. Até 1964, era o Congresso que elaborava de fato o orçamento da União. A partir daí, já por força de um ato institucional, o Congresso perdeu quase integralmente seu poder de emendar o projeto orçamentário. A proibição passou a constar dos textos constitucionais de lá para cá. É o Parágrafo 1º do Art. 65, que diz: "Não será objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa globais alternativas. Sua única

preocupação é com o atraso na instalação da comissão mista que examinará o projeto. Há dois meses a comissão já devia estar instalada e acompanhada, junto ao Ministério do Planejamento, a elaboração do projeto de orçamento.

De acordo com a Constituição vigente, o Poder Executivo tem de encaminhar o projeto ao Congresso até o dia 31 deste mês. Por volta do dia 10 de setembro, estarão distribuídos seus impressos e então se abrirá prazo de 20 dias para os deputados e senadores apresentarem emendas. Nos últimos 23 anos, tem sido pequeno o número de emendas e, mesmo assim, quase todas não são acolhidas por inconstitucionalidade. Agora, com a perspectiva de a nova Constituição vir a ser promulgada praticamente na abertura do prazo, poderão ser apresentadas milhares de emendas. Não há praticamente restrição. Uma das restrições é que elas devem estar de acordo com as diretrizes orçamentárias. Mas essa é uma novidade que só será aplicada no ano que vem, pois as diretrizes que precedem o orçamento devem ser

bal ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise a mo-

dificar-lhe o montante, a natureza ou objetivo".

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, tornou bem explícita a proibição: (Art. 33) "Não se admitirão emendas ao projeto de lei de orçamento que visem a: A) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexistência da proposta; B) conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes; C) conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado; D) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções".

### ATRASO

A partir da promulgação da nova Constituição, essas proibições estarão automaticamente revogadas. Esta é pelo menos a expectativa hoje vivida pelos assessores do setor de orçamento da Câmara e do Senado. O diretor desse serviço na Câmara, Luiz Vasconcelos, há 33 anos nessa atividade e vindo "do tempo em que o Congresso fazia o orçamento", está nessa expectativa, mas preparado para

apresentadas ao Congresso em março de cada ano.

### DECISÃO

A Câmara e Senado fazem amanhã às 10 horas a quarta tentativa de eleger o presidente da comissão mista de orçamento do Congresso, numa disputa entre PMDB e PFL que já provocou o adiamento da decisão em três sessões anteriores, por falta de quorum. O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) é o candidato do seu partido, majoritário na comissão, e o deputado João Alves (PFL-BA) é o candidato do PFL.

Os gabinetes do líder Ibsen Pinheiro, do PMDB, e José Lourenço, do PFL, foram ontem transformados em central de mobilização dos dois candidatos, que passaram a tarde em contatos com os integrantes da comissão mista para pedir votos. Ibsen Pinheiro preferiu não analisar as dificuldades que o governo enfrentará para aprovação do seu orçamento: "Vamos esperar o presidente Cid Carvalho ser eleito para que opine." José Lourenço atesta que não há hipótese de entendimento, "porque pelo revezamento é a vez do PFL, e como o PMDB sempre quer tudo, vamos para o bate-chapa".